

Ata de aprovação 518^a Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CODATA
Realizada em 02 de junho de 2026

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2025

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - Exercício 2025

Em conformidade com o Art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 38.406, de 27 de junho de 2018, do Governo do Estado da Paraíba, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba - CODATA, referente ao exercício social de 2025.

DADOS GERAIS
Companhia de Processamento de Dados da Paraíba – CODATA CNPJ: 09.189.499/0001-00 Sede: Rua João da Mata S/N, Jaguaribe - Centro Administrativo, CEP: 58015-020 - João Pessoa-PB. Tipo de Estatal: Sociedade de Economia Mista Acionista controlador: Governo do Estado da Paraíba Tipo societário: Sociedade Anônima Tipo de Capital: Fechado Lei de autorização: Lei nº 3.863, de 29 de outubro de 1976 Setor de Atuação: Desenvolvimento de soluções tecnológicas Site: codata.pb.gov.br
GESTORES
CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO Presidente do conselho: Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes Membros do conselho: João Antonio Dias Moraes Ângelo Giuseppe Guido de Araújo Rodrigues
DIRETORES Diretor Presidente: Ângelo Giuseppe Guido de Araújo Rodrigues E-mail: guido@codata.pb.gov.br (83) 3208-4455 Diretor de Infraestrutura de TI e Comunicações: Eduardo Paiva Varandas Diretor de Sistemas: Marcus Alves de Jesus Diretor Administrativo e Financeiro: Renato Mendes de Oliveira Filho

Sumário

1.0	APRESENTAÇÃO	5
2.0	INTERESSE PÚBLICO.....	5
3.0	POLÍTICAS PÚBLICAS	6
4.0	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	7
5.0	METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	11
5.1	Projetos da Diretoria de Infraestrutura de TI e Comunicações (DITEC)	12
5.1.1	Implementação de Controles Essenciais de Cibersegurança baseado no framework CIS CONTROLS	13
5.1.2	Inventário de aplicações Web.....	13
5.1.3	Gestão de vulnerabilidades.....	14
5.1.4	Política de Segurança da Informação	15
5.1.5	SIEM com automação	15
5.1.6	Inteligência de ameaças	16
5.1.7	Web Application Firewall	16
5.1.8	Gestão de acesso.....	17
5.1.9	Administração de firewalls.....	17
5.1.10	Rede Paraibana de Alto Desempenho (REPAD).....	18
5.2	Projetos da Diretoria de Sistemas (DIDES)	20
5.2.1	Desenvolvimento de software de Prova de vida.....	20
5.2.2	PBdoc 2.0	21
5.2.3	Modernização do sistema do DETRAN	21
5.2.4	TransferePB	21
5.2.5	Dona Vera.....	22
5.2.6	Simulador de aposentadoria	22
5.2.7	Portal de pessoas desaparecidas	22
5.2.8	Monitoramento de informações de terceirizados.....	22
5.2.9	Acompanhamento de Obras do Estado.....	22
5.2.10	Recadastramento de condutores do estado	23
5.2.11	Portal PB Digital.....	23
5.2.12	SIAF 5.0	23
5.2.13	SPP – Sistema de Procedimentos Policiais	23
5.2.14	Consulta de processos PBDOC	23
5.2.15	Vila Olímpica	24
5.2.16	SIJEE – Sistema de Inscrição de Jogos	24

5.2.17 Portal Loja CODATA.....	24
5.2.18 PBConsig.....	24
5.3 Projetos da Coordenação de LGPD.....	25
5.3.1 Fortalecimento da Comunicação Institucional sobre Proteção de Dados	25
5.3.2 Implantação do Plano de Capacitação em LGPD.....	25
5.3.3 Publicação da Política de Proteção de Dados Pessoais	25
5.3.4 Estruturação de Instrumentos Normativos e Jurídicos de Proteção de Dados	26
5.3.5 Continuidade da Elaboração do Inventário de Dados Pessoais.....	26
5.3.6 Adequação de Sistemas e Projetos à LGPD – Projeto PB Visit.....	26
5.3.7 Monitoramento de Conformidade e Atualização Regulatória.....	26
5.3.8 Implementação de Canal de Atendimento aos Titulares de Dados	27
5.3.9 Fortalecimento do Relacionamento Institucional e Disseminação Externa da LGPD.....	27
6.0 RECURSOS PARA CUSTEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	27
7.0 IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	28
8.0 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	30
9.0 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	31
10.0 FATORES DE RISCO	35
11.0 REMUNERAÇÃO	39
12.0 DELIBERAÇÃO	41

1.0 APRESENTAÇÃO

A Lei nº 13.303/16, em seu art. 8º, incisos I, III e VIII, determina a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela sociedade de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas aos seguintes itens: atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas a seguir.

2.0 INTERESSE PÚBLICO

A criação da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) foi autorizada pela Lei nº 3.863, de 29 de outubro de 1976, que a estabeleceu como uma Sociedade de Economia Mista, tendo como finalidade a realização do processamento eletrônico de informações para os órgãos da administração direta e indireta do Estado da Paraíba. Nesse contexto, a CODATA surge como um instrumento estratégico do Estado para a modernização da Administração Pública por meio da tecnologia da informação.

O interesse coletivo que justifica a execução do objeto social da CODATA está intrinsecamente relacionado à modernização e à eficiência da administração pública e alinha-se com os objetivos definidos no seu Estatuto Social:

- I. A execução de serviços de processamento eletrônico de dados para os órgãos da administração centralizada e descentralizada do Estado;
- II. O assessoramento técnico aos órgãos da administração pública estadual com vistas ao processamento racional das informações do interesse desses órgãos;
- III. A prestação de serviços de processamento eletrônico de dados a qualquer entidade da administração pública direta ou indireta;
- IV. A execução de outros serviços afins necessários à consecução dos seus objetivos.

A missão da CODATA reforça seu compromisso em “prover soluções por meio da Tecnologia da Informação para contribuir com a modernização da Administração Pública e promover a excelência no atendimento ao cidadão”. Esse propósito alinha-se diretamente com o interesse público, evidenciando a busca pela eficiência (princípio constitucional previsto no art. 37, *caput* da Carta Magna) e pela qualidade na prestação de serviços públicos.

A visão da CODATA denota o alinhamento com as demandas contemporâneas da sociedade, contribuindo assim para a evolução tecnológica do Estado: “Com crescimento responsável, capacitação dos colaboradores e preços competitivos, a CODATA pretende ser a potencializadora de tecnologia da informação e comunicação no estado da Paraíba, uma empresa moderna e ágil na prestação de seus serviços, alcançando uma abrangência destes até atendermos todo o Estado.”

Os valores da CODATA representam os pilares éticos e profissionais que orientam suas ações. Esses valores não apenas respaldam a execução de seus serviços, mas também reforçam o comprometimento da empresa em agir com responsabilidade e em conformidade com os princípios da administração pública para a adequada realização do interesse coletivo: “Foco no cliente, persistência, espírito de *startup* pública, transparência, busca por desafios, agilidade, eficiência, sustentabilidade e empatia”

3.0 POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivando e cumprindo com sua missão de prestar serviços de tecnologia da informação e comunicação, a CODATA tem prestado os seguintes serviços, atendendo o PPA 2024 - 2027, respectivamente, especificamente aos seguintes programas: Gestão Dinâmica Eficiente e Gestão e Manutenção de Serviços ao Estado, cujos objetivos são:

- Expandir a infraestrutura da rede de alto desempenho (REPAD) para atender todo o Estado da Paraíba;
- Promover a melhoria da infraestrutura de armazenamento e processamento interno e do Estado;
- Melhorar a gestão e o controle da segurança contra crimes cibernéticos;
- Dotar o estado de ferramentas estratégicas para melhoria da gestão de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação;

- Aumentar a capacidade instalada de desenvolvimento e sustentação de software;
- Ampliar a quantidade de desenvolvimento de pontos de funções;
- Ampliar a quantidade de sustentação de pontos de funções;
- Estabelecer parcerias com empresas de telecomunicações e provedores de internet para investir na expansão da rede;
- Aumentar a capacidade física de armazenamento e processamento do DATA CENTER;
- Disponibilizar unidades de serviço de computação em nuvem (USN) para armazenamento e processamento;
- Adquirir um novo DATA CENTER;
- Promover a atualização e correção dos sistemas de segurança e softwares mantidos pela CODATA;
- Ampliar a política de segurança, tornando-a mais rigorosa;
- Ampliar as medidas de proteção para dados de acordo com a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados;
- Implantar uma plataforma de georreferenciamento para integrar todos os sistemas do Estado da Paraíba;
- Ampliar a integração eficiente dos principais sistemas estratégicos para mitigar silos de informação;
- Automatizar os processos repetitivos por meio de ferramentas computacionais.

4.0 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A CODATA, comprometida com o aprimoramento constante da administração pública na Paraíba, oferece uma ampla gama de serviços e produtos estratégicos voltados para o atendimento das políticas públicas. O portfólio de produtos e serviços ofertados está detalhado a seguir:

Desenvolvimento de Aplicações: Desenvolvimento de aplicações sob encomenda para atender demandas específicas, de acordo com as necessidades do cliente.

Construção de portais institucionais: Desenvolvimento de portais seguindo os padrões institucional e de acessibilidade para governos, contemplando customização, importação de conteúdo do portal legado, implantação do DNS e SSL, bem como capacitação da equipe responsável pela gestão do portal. Criação de website, Hospedagem e suporte do website.

Sustentação de soluções desenvolvidas por terceiros: Execução de projetos de recepcionamento de soluções de terceiros contemplando desde o recebimento dos códigos fontes e demais artefatos, por meio do repositório oficial gitCodata; a documentação do ambiente de desenvolvimento; a criação da esteira de integração contínua (quando suportado); a criação dos ambientes de homologação e de produção; até o empacotamento e publicação da solução. Serviços de sustentação de sistemas, suporte à infraestrutura do cliente, administração de Banco de Dados, serviços de segurança da informação, entre outros serviços de suporte técnico.

Construção de aplicações de Business Intelligence: Construção de aplicações de Business Intelligence visando incrementar a vantagem competitiva, por meio da transformação de dados aparentemente desconexos em informações poderosas, que guiam a tomada de decisão dos gestores com um embasamento sólido, através da coleta, organização e análise de dados gerados diariamente nas atividades dos órgãos/entidades.

Software como Serviço: Disponibilização de aplicações tecnológicas sem a necessidade de investimentos em servidores, manutenção, equipe direcionada de TI, entre outros recursos que seriam necessários para garantir o bom funcionamento das ferramentas, pagando somente por uma assinatura mensal ou pelos serviços que realmente usar.

SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira: Ferramenta utilizada para a gestão financeira e contábil dos recursos públicos. Tem como objetivo integrar os processos de execução orçamentária, financeira e contábil, proporcionando maior transparência, eficiência e controle na administração dos recursos públicos.

PBDoc - Plataforma Digital para Gestão Documental do Estado da Paraíba: O PBDoc é a plataforma oficial do Estado da Paraíba para criação e tramitação de documentos eletrônicos. Foi constituído pelo Decreto Estadual Nº 40.546, de 17 de setembro de 2020. Documentos contidos no PBDoc podem ser referenciados em quaisquer processos no âmbito do estado sem a necessidade de serem impressos,

conforme a Lei Estadual nº 10.780 de 2016. O PBDoc dispõe de instrumentos para a fácil criação de documentos, expedientes e processos nato digitais, que incluem desde a padronização de modelos de documentos, a numeração automática única, datação e assinatura eletrônica, e/ou a digitalização de documentos físicos.

SIGBP – Sistema Integrado de Gestão de Bens Públicos: O Sistema Integrado de Gestão de Bens Públicos – SIGBP, com a finalidade de gerenciar os processos de aquisição, catalogação, distribuição e controle de materiais, bens patrimoniais móveis e imóveis da Administração Pública Estadual.

Sistema de Folha de Pagamento: aplicação de software desenvolvida para automatizar o processamento de salários, benefícios e descontos de funcionários. Esses sistemas são essenciais para empresas de todos os portes, pois simplificam tarefas complexas relacionadas à remuneração de colaboradores, garantindo conformidade com as leis trabalhistas e previdenciárias.

PBconsig: O PBCONSIG é o Sistema Digital de Consignações da Paraíba, totalmente web e tem a flexibilidade de funcionar, com todos os seus recursos, em qualquer navegador e em qualquer sistema operacional, além de ter vários módulos para garantir este acesso com segurança. O PBCONSIG reúne, em uma plataforma modular, os empréstimos consignados (descontados em folha de pagamento) contratados junto às consignatárias (bancos, associações, sindicatos, cooperativas, prestadoras de serviços etc.). No sistema PBCONSIG, é possível realizar diversas operações em se tratando de consignação. O sistema tem por objetivo automatizar e controlar os processos de negociação entre o estado ou entidade gerenciada e os bancos (consignatárias), tornando-o mais eficaz e transparente.

APIs como Serviço: Disponibilização de APIs, pagando somente por uma assinatura mensal ou pelos serviços que realmente usar.

REPAD – Rede Paraibana de Alto Desempenho: A REPAD (Rede Paraibana de Alto Desempenho) é uma infraestrutura de comunicação que oferece alta velocidade de internet, visando atender às necessidades de conectividade de diversas instituições e órgãos do governo do Estado da Paraíba. A rede disponibiliza links de internet com velocidade de até 1 Gbps, proporcionando uma comunicação rápida, estável e segura para suportar as operações de diferentes entidades públicas.

Máquinas Virtuais (Hospedagem): Solução permitindo que usuários implantem e gerenciem ambientes virtuais de maneira flexível e eficiente. Este serviço é especialmente valioso para aqueles que precisam de recursos computacionais sob demanda, sem investir em hardware físico: CPU virtual (vCPU), Memória RAM virtual (vRAM), Armazenamento (GB).

Consultoria em Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: Condução de um diagnóstico de privacidade com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - 13.709/2018. Condução de um mapeamento do fluxo de dados pessoais para a identificação dos riscos de privacidade de acordo com os princípios, bases legais e outros requisitos previstos na LGPD. Criação de um plano de ação para a jornada de conformidade com a LGPD, contemplando as ações, atividades e recomendações de acordo com os riscos e gaps identificados no diagnóstico. Assessoria na implementação das medidas indicadas no plano de ação, de acordo com as prioridades e prazos definidos. Treinamentos para os funcionários sobre privacidade, proteção de dados pessoais e políticas de privacidade.

Consultoria em Governança: Serviço estratégico voltado para ajudar organizações a estruturar, implementar e aprimorar suas práticas de governança corporativa. A governança é essencial para garantir transparência, eficiência, ética e conformidade em uma empresa ou instituição. A consultoria irá atuar na estruturação da Governança Corporativa, no desenvolvimento de políticas e processos, na gestão de conflitos e tomada de decisão, na conformidade e regulamentação e no treinamento e desenvolvimento. Como benefícios, trará melhorias na transparência, redução de riscos, aumento da eficiência, valorização do órgão e sustentabilidade a longo prazo.

Serviços em nuvem: São ofertados serviços de nuvem pública, solução flexível e eficiente, desenvolvida para atender às necessidades de Tecnologia da Informação. É oferecida uma infraestrutura escalável de alto desempenho, assegurando elevado nível de segurança e performance dos projetos, além de uma infraestrutura robusta e com alta capacidade de processamento, uma gestão básica integrada, permitindo o monitoramento contínuo do consumo de recursos, uma escalabilidade sob demanda, com cobrança proporcional ao uso efetivo, e uma confiabilidade e proteção avançada para aplicações e dados sensíveis. Além disso, são ofertados serviços de nuvem privada, solução ideal para organizações que buscam infraestrutura como serviço (IaaS), com ênfase em segurança, escalabilidade e autonomia, com recursos de processamento, memória e armazenamento

de dados disponibilizados em ambiente Kubernetes, elevada disponibilidade e confiabilidade para aplicações corporativas, provisionamento ágil e liberação eficiente dos recursos contratados e redução do esforço operacional de gerenciamento, promovendo maior eficiência nos processos.

PBGEO - Solução Corporativa de GIS: O PBGEO é uma solução corporativa de Sistema de Informações Geográficas (GIS) desenvolvida para o Governo do Estado da Paraíba. Composta por uma avançada infraestrutura geoespacial e serviços especializados em geoprocessamento e tecnologia da informação, a solução tem como objetivo equipar o setor público e privado com a mais moderna Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE). Por meio de uma plataforma robusta e serviços de inteligência geográfica, o PBGEO potencializa a gestão territorial e oferece suporte estratégico para tomadas de decisão baseadas em dados espaciais.

5.0 METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A CODATA, alinhada com as metas estabelecidas para políticas públicas, direciona suas atividades para a modernização da administração pública na Paraíba. Destacando-se pela expertise e competência do seu corpo técnico, a Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) possui duas diretorias estratégicas: a Diretoria de Infraestrutura de TI e Comunicações (DITEC) e a Diretoria de Sistemas (DIDES). Além disso, possui áreas estratégicas ligadas diretamente à presidência, como a Coordenação de LGPD.

A DITEC é responsável pela gestão e manutenção da infraestrutura tecnológica essencial para o funcionamento dos sistemas e serviços oferecidos pela CODATA. Esta diretoria desempenha um papel crucial ao garantir a disponibilidade, segurança e integridade dos sistemas de informação, redes de comunicação e demais recursos tecnológicos. Além disso, ela assegura que a infraestrutura esteja alinhada com as melhores práticas de segurança cibernética, garantindo a proteção dos dados e a continuidade dos serviços.

Já a DIDES é responsável pelo desenvolvimento, atualização e aprimoramento dos sistemas e soluções de tecnologia da informação oferecidos pela CODATA. Por meio de uma equipe altamente qualificada, essa diretoria trabalha na criação de soluções

inovadoras que atendam às demandas e necessidades da administração pública estadual. Além disso, ela está constantemente buscando por novas tecnologias e metodologias de desenvolvimento para aprimorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

No cenário digital atual, a privacidade e a segurança dos dados pessoais têm se tornado preocupações preeminentes. Com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), diretrizes rigorosas foram implementadas para o tratamento de informações pessoais e a Coordenação de LGPD é fundamental para garantir a conformidade com a legislação e a proteção dos dados pessoais tratados.

As áreas estratégicas citadas acima desempenham um papel fundamental no cumprimento da missão da CODATA de prover soluções de tecnologia da informação que contribuam para a modernização da administração pública e a excelência no atendimento ao cidadão.

As diversas iniciativas conduzidas pela CODATA, orientadas na direção do cumprimento e realização das políticas públicas, estão detalhadas a seguir.

5.1 Projetos da Diretoria de Infraestrutura de TI e Comunicações (DITEC)

Com foco estratégico nos investimentos necessários, o planejamento em projetos de Segurança da Informação, Infraestrutura e Redes é importante para suportar o crescimento contínuo da empresa. O cenário atual de expansão exige um fortalecimento das bases tecnológicas, garantindo que a segurança, a infraestrutura e as redes estejam preparadas para atender à demanda crescente e para garantir a continuidade dos negócios.

A CODATA apresentou uma evolução significativa em sua capacidade de segurança cibernética ao longo dos últimos anos, consolidando um ambiente altamente maduro e integrado. O elevado volume de monitoramento, aliado a uma ampla base de inteligência de ameaças, possibilitou maior visibilidade e precisão na detecção de incidentes. Paralelamente, a adoção de automação em larga escala otimizou processos de análise e resposta, reduzindo o tempo de reação a ameaças. Somado a isso, a implementação de soluções robustas de proteção de endpoints garantiu a mitigação eficaz de riscos na camada final. Esse conjunto de avanços posiciona a CODATA em um patamar elevado de maturidade em segurança cibernética, com atuação proativa, escalável e alinhada às melhores práticas do setor.

Abaixo serão detalhados os projetos previstos para cada uma dessas áreas, destacando as prioridades e os recursos necessários para garantir que continuemos a operar de forma eficiente, segura e escalável. Este esforço é fundamental para a mitigação de riscos, a melhoria da performance operacional e o alinhamento com os objetivos estratégicos da organização.

5.1.1 Implementação de Controles Essenciais de Cibersegurança baseado no framework CIS CONTROLS

Objetivo/Escopo: O projeto tem como objetivo avaliar e elevar a maturidade de cibersegurança da CODATA com base no CIS Controls v8, identificando lacunas, riscos e oportunidades de melhoria a partir da análise de 153 controles em 18 domínios. O diagnóstico inicial, com índice de maturidade de 0,372 (em escala de 0 a 1), indica a existência de iniciativas relevantes, mas também a necessidade de avanços significativos para o alinhamento às melhores práticas.

Para isso, são propostas recomendações técnicas e organizacionais com foco na padronização, automação e fortalecimento da governança de segurança. A execução deve iniciar pelo Implementation Group 1 (IG1), priorizando ações de baixo custo e alto impacto, com evolução gradual para os níveis IG2 e IG3. O projeto segue um cronograma até outubro de 2026, estruturado em fases de planejamento, implementação, monitoramento e encerramento, com acompanhamento contínuo.

A continuidade do projeto é essencial para converter o diagnóstico em resultados concretos, promovendo a redução de vulnerabilidades, o aumento da resiliência cibernética, o aprimoramento da governança e a proteção dos serviços e dados institucionais.

5.1.2 Inventário de aplicações Web

Objetivo/Escopo: O Sistema de Inventário de Aplicações é uma plataforma centralizada que permite mapear, organizar e gerenciar toda a infraestrutura de TI de uma organização com foco nas aplicações. Seu principal objetivo é oferecer visibilidade completa sobre quais sistemas existem, onde estão hospedados, quem são os responsáveis e como os diferentes componentes estão interligados.

A ferramenta estrutura as informações a partir de cada aplicação, conectando-a a elementos como domínios, servidores, ambientes, bancos de dados e demais recursos associados. Além disso, possibilita acompanhar configurações, identificar dependências entre sistemas e manter um inventário continuamente atualizado, inclusive com recursos de descoberta automática de ativos na rede e integração com outros sistemas.

Complementando essa visão operacional, o sistema possui um módulo dedicado à conformidade com a LGPD, integrado diretamente ao inventário. Esse módulo permite mapear o tratamento de dados pessoais por aplicação, registrar finalidades, bases legais, categorias de dados e envolvidos, além de avaliar riscos ao longo de todo o ciclo de vida da informação. Cada avaliação inclui classificação de riscos com base em impacto e probabilidade, definição de planos de ação, acompanhamento de responsáveis e prazos, além de um fluxo formal de aprovação envolvendo áreas de negócio, segurança e encarregado de dados.

5.1.3 Gestão de vulnerabilidades

Objetivo/Escopo: Uma plataforma de gestão de vulnerabilidades com remediação automatizada, voltada para ambientes corporativos e governamentais. Ele fornecerá visibilidade completa dos endpoints, permitindo identificar softwares, ativos e vulnerabilidades, além de possibilitar ações rápidas e controladas sobre os riscos.

A solução será composta por um agente leve (em Go), responsável por coletar dados dos dispositivos, e por um servidor central (manager em Python com FastAPI), que irá correlacionar essas informações com bases como NVD e CISA KEV e disponibilizará um painel web para análise e tomada de decisão.

Seu principal diferencial será a integração entre detecção e ação: além de identificar vulnerabilidades, permitirá a execução de correções remotas com controle, auditoria e mecanismos de segurança, como assinatura criptográfica e gestão de aprovações.

Ao longo de sua evolução, o VulnFixer se tornará uma solução completa, incorporando priorização de riscos baseada em CVSS, integração com ferramentas corporativas, geração de relatórios de conformidade, autenticação federada e suporte a ambientes escaláveis.

5.1.4 Política de Segurança da Informação

Objetivo/Escopo: A atualização das políticas e normas de Segurança da Informação da CODATA representa um avanço significativo, ao evoluir de um enfoque operacional (2020) para uma abordagem mais estratégica, alinhada às melhores práticas internacionais e orientada à governança. A nova política reforça a informação como ativo estratégico e incorpora conceitos como gestão de riscos, continuidade de negócio e melhoria contínua, além de considerar impactos legais, financeiros e reputacionais.

Destaca-se também a inclusão de novas normas para temas atuais, como uso de dispositivos pessoais (BYOD) e serviços em nuvem, com controles modernos como autenticação multifator e requisitos para fornecedores. As normas existentes foram mantidas e aprimoradas, enquanto a resposta a incidentes passou a adotar um modelo mais estruturado e orientado por criticidade.

Como próximo passo, a política será submetida à validação interna, garantindo alinhamento organizacional, coleta de contribuições e maior comprometimento institucional antes da aprovação final.

5.1.5 SIEM com automação

Objetivo/Escopo: Somente neste início de 2026, já foram registrados e tratados no SIEM mais de 686 milhões de eventos de cibersegurança, evidenciando a elevada capacidade de monitoramento da CODATA. Para suportar esse volume, foram implementadas automações e integrações entre plataformas como SIEM, compartilhamento de IoC, firewalls, além de ferramentas internas e serviços externos de inteligência, como AbuseIPDB, AlienVault e VirusTotal, resultando em mais de 700 mil interações de automação diárias. Esse ecossistema automatizado permite que a maioria dos incidentes seja bloqueada de forma imediata, com mais de 77% das ameaças de malware sendo removidas automaticamente, reduzindo significativamente o impacto residual e fortalecendo a proteção dos ambientes do Estado.

5.1.6 Inteligência de ameaças

Objetivo/Escopo: O projeto de inteligência de ameaças baseado no MISP teve início em 2025, com a CODATA atuando como uma das principais idealizadoras da iniciativa no âmbito da ABEP. A proposta surgiu com o objetivo de promover o compartilhamento estruturado de indicadores de comprometimento (IOCs) entre entidades públicas, fortalecendo a defesa colaborativa contra ameaças cibernéticas.

Desde então, a iniciativa evoluiu de forma significativa, com a CODATA alcançando a marca de 133.555 eventos registrados e uma base de 16.691.602 IOCs únicos, consolidando-se como um dos principais repositórios de inteligência de ameaças no setor público. A participação de 444 organizações reforça o caráter colaborativo do projeto, ampliando a capacidade de detecção e resposta a incidentes em escala nacional.

No contexto operacional, já foram identificados 540.488 IPs distintos, sendo 213.661 provenientes de honeypots da CODATA, evidenciando uma estratégia ativa de coleta de inteligência e antecipação de ataques. Esses dados permitem à CODATA não apenas reagir a incidentes, mas atuar de forma proativa, enriquecendo sistemas de monitoramento, firewalls e soluções de segurança com informações atualizadas e confiáveis.

5.1.7 Web Application Firewall

Objetivo/Escopo: A CODATA implantou recentemente uma nova solução de Web Application Firewall (WAF) com o objetivo de fortalecer a proteção das aplicações expostas à internet e elevar o nível de segurança dos serviços digitais do Estado. Desde sua implementação, a solução já analisou mais de 70,8 milhões de requisições em um período de três meses, evidenciando a elevada exposição dos serviços e a capacidade do ambiente em processar grandes volumes de tráfego com eficiência.

Os dados indicam uma presença significativa de tráfego automatizado, com milhões de requisições oriundas de crawlers (mais de 6,4 milhões), bots que simulam navegadores (mais de 4 milhões) e agentes baseados em bibliotecas HTTP (cerca de 1,2 milhão), além de outras categorias como mecanismos de busca e ferramentas de monitoramento. Esse volume demonstra um cenário constante de varreduras, coletas automatizadas e tentativas de interação indevida com as aplicações.

Mesmo diante desse contexto, o WAF tem apresentado resultados expressivos na mitigação dessas ameaças. Aproximadamente 15 milhões de requisições (21% do total) foram bloqueadas ou desafiadas automaticamente, enquanto cerca de 55,7 milhões (79%) foram aceitas após validação. Entre as ações de defesa, destacam-se mais de 10,8 milhões de desafios CAPTCHA, além de bloqueios diretos, resets de conexão e verificações de navegador, garantindo a interrupção de acessos suspeitos sem prejudicar usuários legítimos.

5.1.8 Gestão de acesso

Objetivo/Escopo: A solução de gestão de acessos privilegiados (PAM) apresenta um ambiente bem estruturado e em uso ativo, com 171 credenciais gerenciadas e 175 dispositivos monitorados, além de aplicações web e desktop sob controle. Foram registradas 8.143 sessões totais, sendo aproximadamente 1.575 por mês, demonstrando forte utilização operacional, principalmente por meio de acessos remotos, além de outras soluções de acesso remoto e VPN. O sistema ainda identifica acessos de maior envolvimento com contas privilegiadas, reforçando a capacidade de monitoramento comportamental. Esse cenário demonstra uma governança eficiente de acessos críticos, com rastreabilidade, controle e redução de riscos associados ao uso de credenciais sensíveis.

5.1.9 Administração de firewalls

Objetivo/Escopo: A CODATA ampliou significativamente sua atuação operacional em cibersegurança junto aos órgãos do Governo do Estado da Paraíba, passando a contar com equipes especializadas atuando in loco no DETRAN e na Secretaria de Estado da Saúde (SES). Essas equipes prestam apoio direto em iniciativas estratégicas, incluindo a melhoria de ambientes de Active Directory (AD), implantação e operação de soluções de SIEM, administração de firewalls e execução de diversas outras atividades relacionadas à segurança da informação.

Além disso, a CODATA administra firewalls de diversos órgãos e unidades estratégicas do Estado, como Empreender, Suplan, Casa Civil, Centro de Convenções, Granja do Governador, Hospital da Mulher, Sudema, entre outros, ampliando de forma significativa o suporte à proteção dos serviços públicos estaduais. Soma-se a esse cenário a

responsabilidade pela administração do firewall de borda da Rede Paraíba de Alta Velocidade, componente crítico para a segurança e disponibilidade da infraestrutura de conectividade do Estado.

Esses ambientes são gerenciados com base em boas práticas de segurança, incluindo rotinas de backup, centralização de logs, integração com mecanismos de automação e suporte contínuo da equipe de segurança da CODATA, garantindo maior controle, visibilidade e capacidade de resposta a incidentes em todo o ecossistema tecnológico do Estado.

5.1.10 Rede Paraibana de Alto Desempenho (REPAD).

Objetivo/Escopo: Trata-se de uma grande malha óptica que tem sua maior atuação na região metropolitana de João Pessoa. Esta rede é responsável por prover serviços de conectividade para cerca de 150 entidades públicas da administração direta e indireta. A REPAD provê mais do que um simples link de internet, trata-se de uma gama de serviços de conectividade que podem ser agregados, tais como: uma camada de segurança embarcada, redundância física para garantir alta disponibilidade, serviços de transporte L2 e L3, links de até 1 Gbps simétricos.

O objetivo desta rede é permitir que a Administração Pública Estadual tenha um serviço de conectividade que seja personalizável, escalável e que atenda prontamente às demandas específicas que o setor público necessita. Tais flexibilidades não são comumente ofertadas por empresas privadas, por vezes necessitando de aditivos e/ou outros trâmites administrativos para sua implantação, que podem causar atraso na entrega do serviço. A REPAD tem como objetivo atender aos órgãos públicos com excelência, desempenho e agilidade na entrega das soluções. A rede opera com duas tecnologias: Metro Ethernet e GPON. Cada tecnologia é utilizada conforme a necessidade, maximizando e otimizando assim a utilização dos cabos ópticos.

1 - Atendimento a eventos públicos e particulares: A demanda de eventos tem crescido bastante ao decorrer do tempo, as Secretarias de Estado têm frequentemente solicitado o apoio da CODATA no fornecimento de link de internet de modo a prover conectividade durante os eventos. No ano de 2025, foram atendidos cerca de 132 eventos. Durante o atendimento a estas solicitações, a CODATA provê uma rede WiFi com equipamentos de

linha profissional de modo a ter uma rede estável e disponível durante todo o evento. A CODATA já protagonizou o fornecimento de conectividade para grandes eventos particulares, a exemplo do Imagine Land, por onde passaram mais de 27 mil pessoas. Desta forma, a REPAD comprovou que possui capacidade técnica e operacional para lidar com grandes eventos.

Anualmente também fornecemos serviços de conectividade para grandes eventos públicos, tais como: Salão do Artesanato, que no ano de 2025, em sua 39ª edição, movimentou cerca de R\$ 4.000.000,00 em vendas. Cabe destacar a importância do serviço prestado pela REPAD neste evento, pois grande parte das vendas realizadas são feitas utilizando maquinetas de cartão, as quais utilizaram a rede WiFi disponibilizada pela REPAD.

2 - Projeto WiFi Paraíba: Este projeto idealizado pela Gerência de Redes tem como objetivo a criação de uma grande rede WiFi pública em todas as secretarias que ocupam o Centro Administrativo Estadual. Esta rede conta com autenticação via GOV.BR e tem como principal função permitir que um cidadão que esteja sendo atendido em alguma secretaria possa utilizar a rede WiFi para obter conectividade. A autenticação com a plataforma do GOV.BR é o diferencial deste projeto, pois permite identificar os usuários que utilizaram a rede em determinada secretaria.

O projeto demonstrou ser um sucesso e continua em pleno funcionamento. Esta forma de autenticação também tem sido bastante utilizada nos eventos onde é necessário disponibilizar WiFi para o público em geral.

A solução tem se mostrado um sucesso e atualmente a equipe de analistas da REPAD encontra-se em contato com os analistas da Secretaria de Saúde, de forma a viabilizar a implantação do projeto WiFi Paraíba em todos os hospitais públicos da Paraíba.

Em paralelo, a CODATA também analisa a viabilidade de implantação deste projeto no Centro de Convenções de Campina Grande.

3 - Rede WiFi Fixa no Espaço Cultural: Devido à grande quantidade de eventos que ocorrem no Espaço Cultural José Lins do Rego, na cidade de João Pessoa, a REPAD tomou a iniciativa de montar uma rede WiFi de forma fixa no local, utilizando-se de Access Points de linha profissional, de alta densidade, e posicionado de forma a cobrir todo o espaço destinado ao público. Na prática, trata-se de uma extensão do Projeto WiFi Paraíba, ou seja, esta rede conta com autenticação via GOV.BR, que permite que os

cidadãos tenham acesso à internet durante eventos ou quando estiverem no Espaço Cultural.

Estas redes públicas de alta capacidade são necessárias durante os eventos, visto que por diversas vezes os sinais de telefonia móvel 5G ficam congestionados e impedem a solicitação de transporte por aplicativo, por exemplo. Desta forma, como visão de contribuição social da REPAD, esta rede é fornecida para qualquer cidadão que necessitar de seu uso.

5.2 Projetos da Diretoria de Sistemas (DIDES)

A CODATA é responsável pelo gerenciamento, operação, segurança de diversos sistemas e respectiva custódia dos dados no âmbito do Governo do Estado da Paraíba, atendendo toda a Administração Pública estadual e a população paraibana direta ou indiretamente. Estes sistemas lidam com dados sensíveis e, portanto, necessitam de uma atenção especial em relação à segurança e privacidade dos seus usuários.

Nos últimos anos, principalmente a partir das demandas de governo digital, a procura por sistemas para a disponibilização de serviços públicos digitais cresceu significativamente. O Estado da Paraíba foi reconhecido por dois anos consecutivos como o estado que oferece o maior número de serviços públicos digitais à sua população, segundo levantamento da ABEP TIC.

Atualmente, a CODATA dá sustentação a diversos projetos de software – que estão acondicionados no repositório. São aplicativos voltados para atender às necessidades dos diversos órgãos do estado da Paraíba, inclusive obrigações legais e de transparência, a exemplo do SIAF – Sistema Integrado de Administração Financeira e do PBdoc.

Por isso, a DIDES - Diretoria de Sistemas realiza, anualmente, um planejamento com a equipe de trabalho para organizar as metas e atividades a serem percorridas no exercício consecutivo. Desta forma, este documento descreve as metas, objetivos e projetos que foram executados em 2025.

5.2.1 Desenvolvimento de software de Prova de vida

Objetivo/Escopo: Desenvolver um sistema digital seguro e acessível, integrado com o GOV.BR, que permita aos aposentados do estado realizarem a prova de vida

remotamente, garantindo a continuidade dos benefícios previdenciários e a integridade das informações dos beneficiários, além de manter o registro correto das aposentadorias da PBPrev.

5.2.2 PBdoc 2.0

Objetivo/Escopo: Modernizar e otimizar a plataforma estadual de criação e tramitação de documentos eletrônicos, PBdoc, visando aumentar a eficiência, segurança, usabilidade e transparência dos processos administrativos, promovendo a transformação digital da gestão pública e garantindo maior celeridade, padronização e acessibilidade na produção, tramitação e arquivamento de documentos eletrônicos. Além disso, melhorar a sustentação e evolução da plataforma e suas possibilidades de integrações. Para isso, implementar a migração do PBdoc para uma plataforma mais moderna, utilizando código proprietário.

5.2.3 Modernização do sistema do DETRAN

Objetivo/Escopo: Modernizar a infraestrutura tecnológica do DETRAN por meio da migração dos sistemas legados atualmente hospedados em mainframe para uma arquitetura moderna, escalável e segura, promovendo maior eficiência operacional, melhoria na prestação de serviços ao cidadão e redução de custos de manutenção.

5.2.4 TransferePB

Objetivo/Escopo: Com a Integração do sistema com a plataforma BBágil, do Banco do Brasil, assegurar a transparência, a eficiência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos estaduais, por meio da sistematização, análise e divulgação acessível das informações contábeis, financeiras e orçamentárias, promovendo o controle social e subsidiando a tomada de decisões por parte dos gestores públicos e da sociedade, além de monitorar o uso de recursos fornecidos do estado para os municípios, para prestação de contas do estado pela CGE.

5.2.5 DonaVera

Objetivo/Escopo: Uma solução baseada em inteligência artificial para a apresentação de registros documentais de forma estruturada, utilizando metadados para catalogação, organização e recuperação eficiente da informação, com o intuito de agilizar o acesso à informação.

5.2.6 Simulador de aposentadoria

Objetivo/Escopo: Com o intuito de atender às demandas de digitalização do Estado, junto à PBPrev, desenvolver uma ferramenta de simulação de aposentadoria personalizada para os servidores públicos estaduais, com o intuito de oferecer previsões precisas e acessíveis sobre os diferentes regimes e regras de aposentadoria vigentes, promovendo maior planejamento financeiro, transparência e suporte à tomada de decisão por parte dos segurados e da administração pública.

5.2.7 Portal de pessoas desaparecidas

Objetivo/Escopo: Um portal digital integrado e acessível para a Polícia Civil da Paraíba, com o objetivo de otimizar a gestão de informações sobre pessoas desaparecidas e facilitar a comunicação com a população.

5.2.8 Monitoramento de informações de terceirizados

Objetivo/Escopo: Desenvolver e implementar um sistema integrado de monitoramento e gestão de dados de trabalhadores terceirizados no âmbito estadual, com o intuito de fornecer informações precisas, atualizadas e acessíveis ao Portal da Transparência, promovendo a *accountability*, o controle social e a eficiência na gestão pública.

5.2.9 Acompanhamento de Obras do Estado

Objetivo/Escopo: Estabelecer um sistema eficiente de monitoramento, controle e avaliação das obras públicas estaduais, visando garantir a transparência, a qualidade, o cumprimento de prazos, a correta aplicação dos recursos públicos e uma base de dados unificada e integrada.

5.2.10 Recadastramento de condutores do estado

Objetivo/Escopo: Atualizar e consolidar a base de dados dos condutores registrados no estado da Paraíba, por meio de um processo de recadastramento sistemático, a fim de garantir maior segurança, eficiência na gestão de informações e conformidade com as normas de trânsito vigentes.

5.2.11 Portal PB Digital

Objetivo/Escopo: Desenvolver e implementar um portal digital unificado de serviços públicos do Estado da Paraíba, com o intuito de facilitar o acesso da população a informações e serviços governamentais, promovendo a transparência, a eficiência administrativa e a melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão.

5.2.12 SIAF 5.0

Objetivo/Escopo: Promover a evolução técnica e as adequações legislativas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo do Estado da Paraíba - SIAF, visando garantir maior eficiência, transparência, conformidade legal e suporte às demandas crescentes da gestão pública estadual. Além disso, executar a migração da infraestrutura do SIAF, transferindo sua operação do ambiente mainframe para a nuvem.

5.2.13 SPP – Sistema de Procedimentos Policiais

Objetivo/Escopo: Trâmite interno documental da polícia, com previsão de integração com o sistema PJE, que busca desenvolver um sistema de gestão de procedimentos policiais que otimize o registro, o acompanhamento e a consulta de ocorrências, garantindo maior eficiência, organização e segurança nas atividades administrativas e operacionais das forças de segurança pública.

5.2.14 Consulta de processos PBDOC

Objetivo/Escopo: Desenvolver e implementar uma solução de consulta pública que permita o acesso transparente, seguro e eficiente às informações de processos tramitados por meio do sistema eletrônico de criação e gestão de documentos, promovendo a

participação cidadã, a transparência institucional e o controle social das atividades administrativas.

5.2.15 Vila Olímpica

Objetivo/Escopo: Desenvolver um sistema de gestão de turmas e cursos para a Vila Olímpica, visando otimizar a organização, o controle e o acompanhamento das atividades esportivas, facilitando o acesso às informações por gestores, professores e participantes.

5.2.16 SIJEE – Sistema de Inscrição de Jogos

Objetivo/Escopo: Desenvolver um sistema digital eficiente e intuitivo que permita a inscrição de participantes em jogos e o cadastro, gerenciamento e consulta das regras associadas a cada modalidade, com o intuito de otimizar a organização, garantir a transparência e facilitar o acesso às informações por todos os envolvidos.

5.2.17 Portal Loja CODATA

Objetivo/Escopo: Desenvolver e implantar a Loja Virtual CODATA, em ambiente digital moderno, responsivo e de fácil navegação, destinado à divulgação e apresentação estruturada dos serviços e soluções oferecidos pela Companhia. O portal deverá permitir a consulta clara e transparente do portfólio institucional, com informações detalhadas sobre produtos, serviços, formas de contratação, canais de atendimento e suporte, visando modernizar a comunicação com clientes e parceiros, ampliar a visibilidade institucional e facilitar o acesso às informações pelo público-alvo.

5.2.18 PBConsig

Objetivo/Escopo: Consolidar e evoluir a plataforma PBCONSIG como solução estratégica para gestão de consignações do Estado, por meio do fortalecimento da governança, compliance e segurança, da automatização de processos operacionais e financeiros, da ampliação de funcionalidades de autoatendimento e transparência ao servidor, e da modernização tecnológica com expansão de APIs, usabilidade e relatórios

gerenciais, garantindo integridade dos dados, conformidade jurídica e maior eficiência na concessão e controle do crédito consignado.

5.3 Projetos da Coordenação de LGPD

5.3.1 Fortalecimento da Comunicação Institucional sobre Proteção de Dados

Com o objetivo de ampliar a transparência e promover a cultura de proteção de dados pessoais, foram realizadas publicações periódicas na intranet corporativa, abordando temas relevantes como o Dia Internacional da Proteção de Dados, o aniversário da LGPD e ações institucionais da coordenação. Ademais, foi criada a página oficial da LGPD na intranet, reunindo informações sobre atribuições, processos, orientações e canais de contato, facilitando o acesso dos colaboradores às diretrizes de governança de dados.

5.3.2 Implantação do Plano de Capacitação em LGPD

Em consonância com as diretrizes de conscientização e treinamento contínuo, foi implementado curso de capacitação em LGPD na modalidade EAD, utilizando conteúdo do SEBRAE, com ampla divulgação interna. A iniciativa visa qualificar os colaboradores quanto às boas práticas no tratamento de dados pessoais, alinhando a atuação institucional às exigências legais e regulatórias.

5.3.3 Publicação da Política de Proteção de Dados Pessoais

Foi realizada a publicação da Política de Proteção de Dados Pessoais da empresa, instrumento normativo que estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais no âmbito institucional, em conformidade com a legislação vigente. A política representa um marco na estruturação da governança em proteção de dados, orientando todas as áreas da organização.

5.3.4 Estruturação de Instrumentos Normativos e Jurídicos de Proteção de Dados

No período, foram elaborados documentos essenciais à conformidade legal, tais como o Termo de Compartilhamento de Dados Pessoais com Autoridade Pública, pareceres de privacidade e proteção de dados pessoais, além de fluxos padronizados para o uso de dados em pesquisas acadêmicas, garantindo maior segurança jurídica nas operações institucionais.

5.3.5 Continuidade da Elaboração do Inventário de Dados Pessoais

Em atendimento ao art. 37 da LGPD, foi dada continuidade à elaboração e atualização do Inventário de Dados Pessoais, com redistribuição das planilhas aos setores e avanço no preenchimento das informações. Apesar de não ter sido concluído no exercício, o projeto segue como prioridade estratégica para assegurar o mapeamento adequado dos dados tratados pela instituição.

5.3.6 Adequação de Sistemas e Projetos à LGPD – Projeto PB Visit

Foi iniciado o Projeto PB Visit, com foco na adequação do sistema às normas de proteção de dados pessoais, contemplando a elaboração de Política de Privacidade, Termo de Uso, inventário de dados e relatórios de recomendação. O projeto inclui, ainda, ações de capacitação das equipes envolvidas, consolidando a privacidade como requisito essencial no desenvolvimento de soluções tecnológicas.

5.3.7 Monitoramento de Conformidade e Atualização Regulatória

A coordenação manteve acompanhamento contínuo das publicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como de mudanças legislativas e boas práticas nacionais e internacionais, utilizando essas referências para orientar decisões estratégicas e assegurar a conformidade institucional.

5.3.8 Implementação de Canal de Atendimento aos Titulares de Dados

Foi desenvolvido e disponibilizado formulário eletrônico para atendimento aos titulares de dados pessoais, permitindo o exercício de seus direitos de forma mais ágil, segura e transparente, em conformidade com os princípios da LGPD.

5.3.9 Fortalecimento do Relacionamento Institucional e Disseminação Externa da LGPD

A coordenação promoveu ações externas, como palestras e eventos voltados à proteção de dados pessoais, a exemplo de atividade realizada junto à EGEPEN-PB e da organização do evento “LGPD em Foco”, contribuindo para a disseminação do tema e o fortalecimento da imagem institucional como referência em governança de dados.

6.0 RECURSOS PARA CUSTEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) gera receitas por meio da prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para órgãos públicos, prefeituras e empresas privadas, como instituições financeiras. Isso inclui desenvolvimento de software, hospedagem de sistemas, gestão de infraestrutura de TI, entre outros. Por meio dos recursos advindos das prestações dos serviços citados e por se tratar de uma empresa pública independente, a CODATA tem recurso próprio, na fonte 501, podendo solicitar aportes financeiros ao Estado da Paraíba apenas para aquisições de equipamentos e de softwares.

As receitas advindas da prestação de serviços são uma importante fonte de recursos para financiar as operações da empresa, assim como as políticas públicas de acordo com o Plano Plurianual do estado da Paraíba, no qual a CODATA desempenha um papel estratégico no apoio à implementação dessas políticas públicas, fornecendo soluções tecnológicas e serviços de tecnologia da informação que ajudam a melhorar a eficiência, transparência e qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Seu papel no PPA do estado envolve contribuir para alcançar os objetivos e metas estabelecidos no plano, especialmente no que diz respeito à modernização e transformação digital do governo.

7.0 IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No exercício de 2025, a CODATA apresentou desempenho econômico-financeiro significativamente superior ao observado no exercício anterior, evidenciando um processo consistente de recuperação e fortalecimento de sua estrutura operacional e patrimonial.

A receita líquida do exercício (receita operacional, financeira e outras receitas) alcançou o montante de R\$ 92.162.508,87, representando crescimento expressivo em relação a 2024, reflexo da ampliação das atividades e da maior demanda pelos serviços prestados pela companhia. Em paralelo, observou-se maior eficiência na gestão das despesas, o que contribuiu para a reversão do prejuízo registrado no exercício anterior.

Como resultado, a empresa apurou lucro contábil de R\$ 5.560.655,46 em 2025, consolidando a retomada da sua capacidade de geração de resultados positivos e reforçando a sustentabilidade de suas operações. Importa destacar que esse resultado foi impactado pela reversão de provisões trabalhistas. Conforme a NBC TG 25, foi realizada a reversão do saldo da provisão para processos judiciais trabalhistas anteriormente registrado no passivo circulante, no montante de R\$ 4.654.075,85. Tal procedimento decorre da ausência de previsibilidade de desembolso financeiro, considerando a submissão da CODATA ao regime constitucional de precatórios, produzindo efeito positivo no resultado contábil evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício.

Cabe ressaltar que esse efeito possui natureza não recorrente, não estando diretamente relacionado ao desempenho operacional da companhia, devendo, portanto, ser considerado com cautela na análise da evolução dos resultados ao longo do tempo.

No que se refere à estrutura patrimonial, destaca-se a elevação do patrimônio líquido para R\$ 17.010.765,51, impulsionada tanto pelo resultado do exercício quanto pelo aporte de capital realizado pelo Estado da Paraíba, no valor de R\$ 8.622.523,20, destinado ao financiamento de investimentos estratégicos.

Adicionalmente, verificou-se crescimento contínuo do ativo imobilizado, que atingiu R\$ 5.817.426,85 em 2025, evidenciando a intensificação dos investimentos em

infraestrutura e modernização tecnológica. Tais investimentos estão alinhados às diretrizes governamentais voltadas à melhoria e à transformação digital dos serviços públicos estaduais.

No tocante à situação financeira, observa-se melhora nos indicadores de liquidez, com aumento do ativo circulante e redução do passivo circulante, demonstrando maior equilíbrio financeiro e capacidade de honrar obrigações de curto prazo.

Diante desse cenário, os resultados alcançados em 2025 evidenciam a evolução da CODATA em termos de eficiência operacional, solidez financeira e alinhamento estratégico com as prioridades do Governo do Estado da Paraíba, posicionando a companhia de forma mais robusta para sustentar seu crescimento e ampliar sua contribuição na modernização da gestão pública estadual.

Abaixo seguem alguns relatórios que auxiliam na análise dos resultados da empresa no ano de 2025.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

	2025	2024	2023
(+) Receitas Líquidas do Exercício	92.162.508,87	73.291.850,11	65.726.286,89
(-) Despesas Líquidas do Exercício	86.352.902,48	75.734.280,06	62.804.035,00
(=) Lucro ou Prejuízo do Exercício antes da CS e do IR	5.809.606,39	2.442.429,95	2.922.251,89
(=) Lucro ou Prejuízo do Exercício	5.560.655,46	-2.702.694,82	2.276.944,51
(=) Patrimônio Líquido	17.010.765,51	2.961.125,38	5.704.440,13
(+) Capital + Reservas	80.541.334,12	71.918.810,92	71.918.810,92
(-) Prejuízos Acumulados	63.530.568,61	68.957.685,54	66.214.370,79
ATIVO			
Circulante	18.122.973,43	9.033.020,12	6.718.141,10
Realizável a Longo Prazo	42.820,75	42.820,75	42.820,75
Imobilizado – depreciação acumulada	5.817.426,85	4.160.884,22	2.939.184,56
Total do Ativo	23.983.221,03	13.236.725,09	9.700.146,41
PASSIVO			
Circulante	6.972.455,52	10.275.599,71	3.995.706,28
Não Circulante			
Patrimônio Líquido	17.010.765,51	2.961.125,38	5.704.440,13
Total do Passivo	23.983.221,03	13.236.725,09	9.700.146,41
Aporte para integralização de Capital Social	8.622.523,20	-	-

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				DIFERENÇA	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		2025	2024	%	R\$
(+)	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	86.977.993,84	73.237.027,62	18,76	13.740.966,22
	Prestação de Serviços	86.977.993,84	73.237.027,62	18,76	13.740.966,22
	(-) Deduções da Receita	-13.510.627,23	-12.565.353,61	7,52	-945.273,62
(=)	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	73.467.366,61	60.671.674,01	21,09	12.795.692,60
(-)	CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS	-59.866.312,25	-48.462.963,07	23,53	-11.403.349,18
(=)	LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	13.601.054,36	12.208.710,94	11,40	1.392.343,42
(-)	DESPESAS OPERACIONAIS	-12.453.743,08	-14.651.140,89	-15,00	2.197.397,81
	Despesas Adm. e Gerais	-12.946.382,53	-14.700.631,36	-11,93	1.754.248,83
	(-) Despesas Tributária	-24.651,12	0,00	#DIV/0!	-24.651,12
	(-) Despesas Financeiras	-4.929,35	-5.332,02	-7,55	402,67
	(+) Receita Financeiras	522.219,92	54.822,49	0,73	402,67
	Outras Receitas				0,00
(=)	LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	1.147.311,28	-2.442.429,95	-146,97	3.589.741,23
(+)	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	4.662.295,11	0,00		4.662.295,11
(=)	LUCRO (PREJUÍZO) EXERC. A. DA C. SOCIAL E DO I.R.	5.809.606,39	-2.442.429,95	-337,86	8.252.036,34
	IRPJ	75.288,39	185.018,29		
	CSLL	173.662,54	75.246,58		

8.0 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

O planejamento orçamentário de investimento para 2025 demonstra o foco estratégico da companhia na modernização tecnológica e na expansão da infraestrutura. A alocação de recursos e sua respectiva execução até o momento refletem as seguintes diretrizes:

- **Expansão e Atualização Tecnológica:** O maior volume de recursos está concentrado na rubrica de Equipamentos e Material Permanente (4490.52). Destaca-se o projeto de código 888, que após suplementações totaliza R\$ 9.000.000,00, com uma execução física e financeira já realizada de R\$ 6.569.819,90. Adicionalmente, o projeto 871 prevê R\$ 1.800.000,00 para a mesma finalidade, reforçando a capacidade produtiva da empresa.
- **Investimento em Ativos Intangíveis:** Para o fortalecimento das operações de TI, a aquisição de softwares (4490.40), classificada como Serviços de Tecnologia da Informação, possui um orçamento atualizado de R\$ 2.000.000,00. Até o presente período, foram empenhados e pagos R\$ 395.306,70, demonstrando o andamento dos projetos de licenciamento e desenvolvimento de sistemas.
- **Infraestrutura Física:** A empresa destinou recursos para Obras e Instalações (4490.51), com destaque para as dotações de R\$ 200.000,00 (código 853) e R\$ 300.000,00 (código 894), visando à manutenção e melhoria das instalações físicas necessárias ao suporte das operações tecnológicas.

- **Responsabilidade Fiscal e Governança:** O orçamento apresenta valores mantidos em contingência, totalizando montantes significativos em projetos estratégicos, como R\$ 1.386.162,00 na rubrica de software (código 886) e R\$ 921.822,25 em equipamentos (código 888). Essa reserva estratégica assegura o equilíbrio financeiro frente a eventuais oscilações de mercado ou necessidades emergenciais.

Em suma, a execução orçamentária de 2025 sinaliza uma gestão voltada para o crescimento sustentável, priorizando o aporte em ativos de capital que garantam a competitividade da empresa no setor de Tecnologia da Informação do estado. Abaixo, segue quadro de detalhamentos da despesa:

ORÇAMENTO 2025 - QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA										
PROJETO/ATIVIDADE/ CLASSIFICAÇÃO	FONTE	GRUPO	DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2025	INICIAL + SUPLEM. - ANUL.	EMP.ATÉ MÊS	PGTO ATÉ MÊS	SALDO ORÇAMENTÁRIO	CONTINGÊNCIA	SALDO
853	501	4501	Obras e Instalações 4490.51	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 170.000,00
854	501	4501	Equipamentos e material permanente 4490.52	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 85.000,00
863	501	4501	Equipamentos e material permanente 4490.52	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.000,00	R\$ 2.250,00	R\$ 12.750,00
871	501	4501	Equipamentos e material permanente 4490.52	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 24.092,00	R\$ 24.092,00	R\$ 1.775.908,00	R\$ 322.420,00	R\$ 1.453.488,00
901	501	4501	Equipamentos e material permanente 4490.52	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 300.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 255.000,00
886	501	4501	Serviços de Tecnologia da Informação 449040 (aquis.de software)	R\$ 4.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 395.306,70	R\$ 395.306,70	R\$ 1.604.693,30	R\$ 1.386.162,00	R\$ 218.531,30
887	501	4501	Obras e Instalação 4490.51	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 50.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 42.500,00
888	501	4501	Equipamentos e material permanente 4490.52	R\$ 5.000.000,00	R\$ 9.000.000,00	R\$ 6.569.819,90	R\$ 6.569.819,90	R\$ 2.430.180,10	R\$ 921.822,25	R\$ 1.508.357,85
881	501	4501	Equipamentos e material permanente 4490.52	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.000.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 850.000,00
894	501	4501	Obras e Instalação 4490.51	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 300.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 255.000,00
895	501	4501	Equipamentos e material permanente 4490.52	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 300.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 255.000,00

9.0 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de controle da CODATA é formada pela Assembleia Geral de acionistas e pela administração da Companhia, formada por um Conselho de Administração, que é órgão de deliberação colegiada, e por uma Diretoria, de natureza executiva, com poderes e atribuições definidos por lei e pelo Estatuto Social.

a) Assembleia Geral:

Conforme estabelecido no estatuto social, desempenha um papel central na tomada de decisões estratégicas e na gestão de riscos. Com amplos poderes, a Assembleia é responsável por reformar o estatuto, eleger/destituir membros dos Conselhos, avaliar as contas dos administradores e deliberar sobre demonstrações financeiras. Suas competências incluem lidar com situações extraordinárias, como transformações e fusões, e promover ações de responsabilidade civil contra administradores por prejuízos. A Assembleia Geral é vital para a governança corporativa e contribui significativamente para o gerenciamento de riscos, garantindo a adaptabilidade e integridade da empresa.

b) Conselho de Administração:

Constituído de 3 (três) membros, acionistas, pessoas naturais, residentes no País, eleitos para um mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, podendo ser destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral que designará o seu Presidente.

No contexto do gerenciamento de riscos, o Conselho de Administração assume uma posição estratégica. Sua responsabilidade inclui a avaliação contínua dos riscos que a empresa enfrenta e a formulação de políticas para mitigá-los. A frequência das reuniões, no mínimo mensais, evidencia a importância atribuída à supervisão ativa e à capacidade de resposta rápida diante de desafios imprevistos. Em resumo, o Conselho de Administração da CODATA exerce um papel fundamental no gerenciamento de riscos, na definição de estratégias, contribuindo para o sucesso e a sustentabilidade da empresa.

c) Conselho Fiscal:

Constituído de 03 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, pessoas naturais, residentes no País, com reputação ilibada, além de formação acadêmica ou experiência profissional compatíveis com a responsabilidade e a complexidade do exercício da função, demonstradas mediante apresentação de currículo, e que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na Administração Pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador de empresa, eleitos, anualmente, pela Assembleia Geral, permitida a reeleição.

Caberá ao Chefe do Poder Executivo indicar 01 (um) membro para o Conselho Fiscal, dentre aqueles ocupantes do cargo de Auditor da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, bem como 01 (um) membro dentre os ocupantes do cargo de Procurador do Estado da Paraíba, nos termos do que estabelece o art. 3º, V, da Lei Complementar Estadual nº 86/2008.

Suas responsabilidades incluem fiscalizar os atos dos administradores, emitir parecer sobre o relatório anual da administração, opinar sobre propostas dos órgãos da administração e denunciar eventuais irregularidades. A capacidade de convocar assembleias gerais, a análise regular das demonstrações financeiras e a participação em reuniões do Conselho de Administração fortalecem a atuação do Conselho Fiscal. Em suma, o Conselho Fiscal desempenha um papel crucial na garantia da transparência, responsabilidade e efetividade na gestão da CODATA.

d) Diretoria Executiva:

Composta de 4 (quatro) diretores, designados Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Infraestrutura de TI e Comunicações, Diretor de Sistemas, acionistas ou não, pessoas naturais, residentes no País, eleitos com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas reconduções.

A Diretoria Executiva da CODATA desempenha um papel crucial na gestão da empresa. Possui diversas atribuições, incluindo o cumprimento do estatuto social, elaboração do orçamento, assinatura de contratos e representação da empresa. Cada diretor possui responsabilidades específicas, contribuindo para a continuidade estável da gestão e promovendo transparência e *accountability*. A atenção à gestão de riscos é fundamental para a sustentabilidade da CODATA e o uso responsável dos recursos financeiros.

Além disso, abaixo das Diretorias Executivas, existem as gerências e coordenações, que possuem papel fundamental na organização, buscando garantir que os objetivos estratégicos, operacionais e táticos sejam alcançados de forma eficiente e alinhada com as necessidades tecnológicas. Esses níveis de liderança possuem responsabilidades distintas, mas interdependentes, que contribuem para o sucesso geral da organização.

As gerências em TI operam em níveis estratégicos e táticos, sendo responsáveis por alinhar as iniciativas de tecnologia com os objetivos do negócio. Suas principais responsabilidades incluem o planejamento estratégico de TI, a gestão de recursos, a governança de TI, a inovação e transformação digital, a liderança de equipes técnicas e as parcerias e relacionamentos com clientes e fornecedores. Já as coordenações em TI atuam no nível operacional e tático, sendo responsáveis por implementar os planos definidos pela gerência e supervisionar as equipes técnicas. As responsabilidades incluem a gestão de projetos e entregas, a supervisão operacional, a comunicação entre níveis, a garantia da qualidade, o suporte às equipes e o foco na inovação e eficiência.

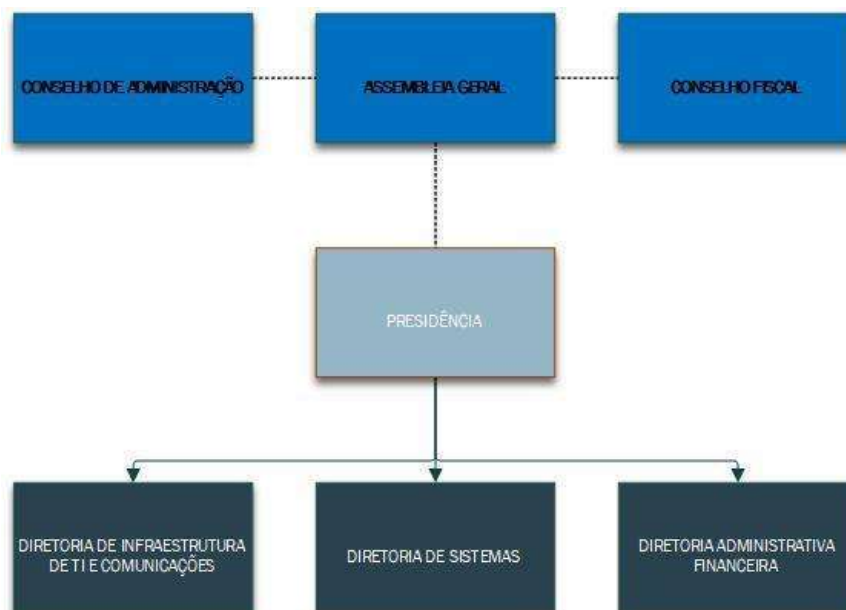


Figura 1 - Estrutura Organizacional (Alta Direção)

Abaixo, segue o organograma e o corpo gerencial da CODATA:

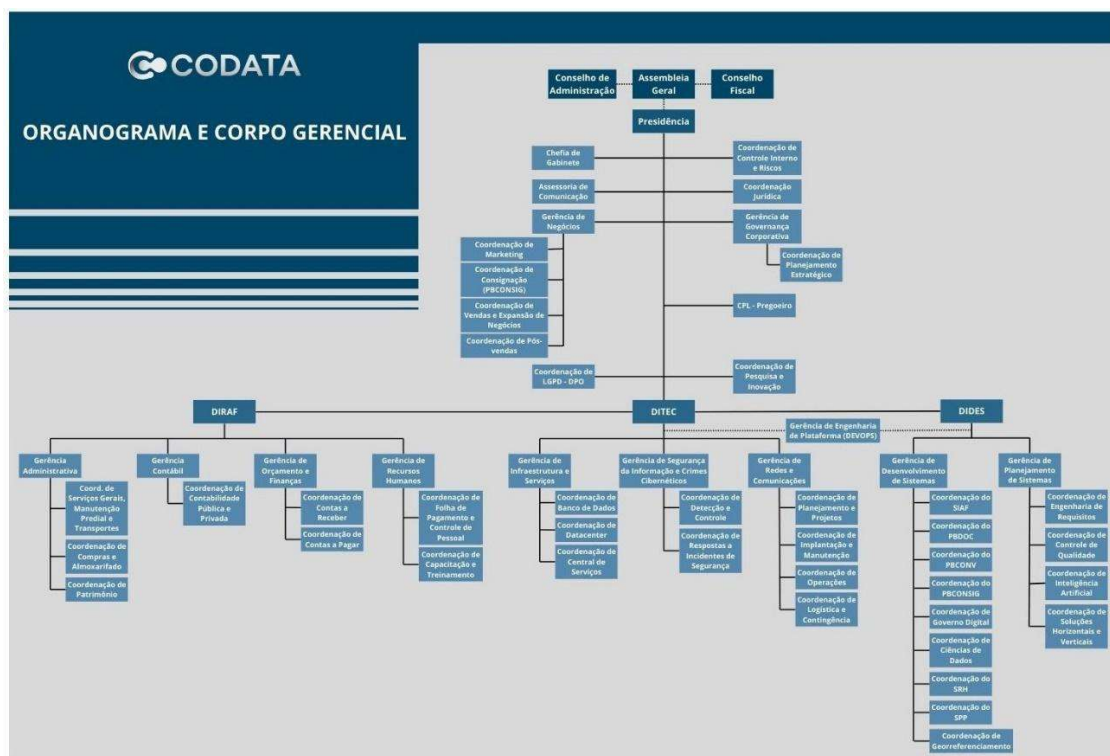


Figura 2 – Organograma e corpo gerencial da CODATA

Para uma melhor comunicação, alinhamento interno e monitoramento do desempenho da empresa, foi elaborado o Mapa Estratégico Institucional do ciclo 2024-

2027. O objetivo desse Mapa Estratégico é fornecer uma visão clara e estruturada da estratégia organizacional, conectando objetivos de longo prazo às ações e iniciativas necessárias para alcançá-los. Ele é importante pois possui a capacidade de transformar a estratégia em algo visual, claro e mensurável, funcionando como um guia estruturado que ajuda a organização a alcançar seus objetivos de maneira eficiente e alinhada.

Segue abaixo o Mapa Estratégico Institucional do ciclo 2024-2027 da CODATA:

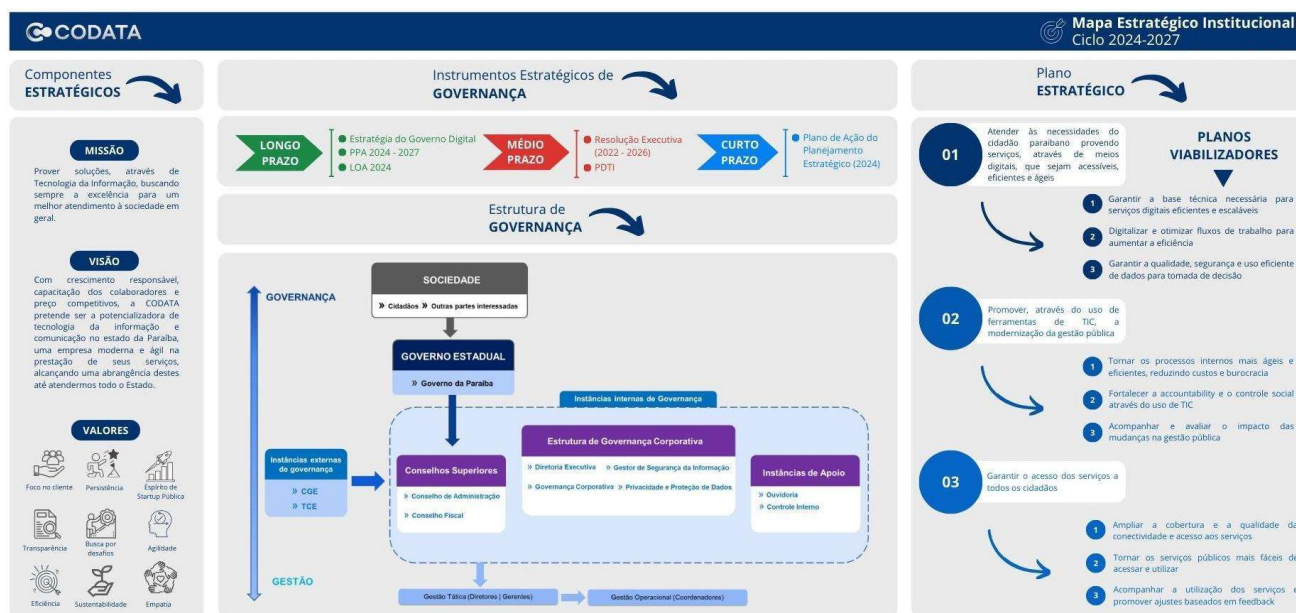


Figura 3 – Mapa Estratégico Institucional da CODATA

10.0 FATORES DE RISCO

A exposição a incertezas é inerente às atividades organizacionais e deve ser gerenciada de forma estruturada, a fim de minimizar impactos negativos e evitar perdas operacionais. A identificação antecipada de riscos permite mitigar seus efeitos, prevenindo elevações de custo, interrupções nos serviços e comprometimento de resultados. Quando metas, planos e estratégias estão alinhados a uma abordagem eficaz de gestão de riscos, a CODATA se fortalece no cumprimento de sua missão, objetivos e valores institucionais.

A gestão de riscos corporativos contribui diretamente para a formulação e execução das estratégias da CODATA, melhora o fluxo de informações, apoia o cumprimento da legislação aplicável e promove o desenvolvimento organizacional sustentável, além de proteger a imagem institucional. Toda vulnerabilidade — real ou

potencial — deve ser identificada, avaliada e tratada pelos gestores com base em metodologia apropriada.

O processo de gestão de riscos da CODATA abrange o mapeamento, avaliação, classificação e tratamento dos riscos, desenvolvido internamente.

Entre os principais tipos de riscos considerados estão:

- **Riscos de Segurança da Informação**, decorrentes de ataques cibernéticos que possam comprometer a continuidade dos serviços, resultando em incidentes de segurança ou interrupções operacionais, com impactos significativos na solução de continuidade dos serviços e danos graves à imagem da Companhia;
- **Riscos Financeiros**, incluindo ameaças que podem afetar a integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras, ocasionando a probabilidade de prejuízos financeiros decorrentes de fatores internos e externos que afetam a sua capacidade de gerar receita, gerir o capital e honrar suas obrigações; a execução de investimentos financeiros, nesse contexto, representa um desafio relevante.
- **Riscos de Conformidade**, como a probabilidade de que a organização não cumpra as leis, regulamentações, normas internas e códigos de conduta aplicáveis, o que pode resultar em penalidades, danos à reputação e outros prejuízos, como por exemplo, o descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018). É um evento de falha grave de compliance, envolvendo áreas de finanças, contabilidade/orçamento ou obrigações de Recursos Humanos, resultando em reprovação relevante por parte dos órgãos de Controle Interno e na prestação de contas, com reflexos negativos para a CODATA, para o Governo e para os gestores envolvidos.
- **Riscos Operacionais**, relacionados a falhas em processos, sistemas ou infraestrutura.

A CODATA conta com uma estrutura de Governança vinculada diretamente à Presidência e ao Conselho de Administração, responsável por assegurar a conformidade normativa, realizar a gestão de riscos corporativos e manter os controles internos eficazes.

Fatores Internos:

1. **Integração de Tecnologias legadas:** A CODATA enfrenta desafios significativos relacionados à integração de sistemas antigos com as novas

tecnologias, o que pode gerar problemas de compatibilidade, segurança e performance, exigindo planejamento e esforços extra.

2. **Falta de Habilidades e Capacitação Contínua:** A falta de profissionais com as habilidades necessárias para lidar com as novas tecnologias e ferramentas pode limitar a capacidade da empresa de realizar projetos e atender às demandas do mercado. Logo, é essencial que programas de capacitação para o desenvolvimento de competências administrativas, gerenciais e técnicas representem um risco, pois limitam a adaptação da equipe às mudanças e avanços tecnológicos.
3. **Complexidade de Planos de Recuperação:** A infraestrutura fragmentada (on-premise legado + múltiplas nuvens) exige um plano de Recuperação de Desastres (DR) que coordene a recuperação de sistemas com tecnologias, SLAs (Acordos de Nível de Serviço) e mecanismos de failover completamente diferentes. A interdependência entre um sistema legado e um serviço em nuvem pode não ser mapeada, criando um ponto cego crítico.
4. **Infraestrutura e Obsolescência Tecnológica:** A infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da CODATA pode ser afetada pela incompatibilidade com soluções modernas atreladas a sistemas legados, além de ter um alto custo de manutenção, o que pode impactar negativamente a segurança e eficiência operacional.
5. **Dependência de Fábrica de Software:** A dependência de uma fábrica de software pode representar um ponto de vulnerabilidade, tornando a CODATA suscetível a possíveis interrupções no fornecimento de soluções tecnológicas.
6. **Gestão Orçamentária:** A subestimação de custos em projetos tecnológicos; atrasos em desembolsos e execução de cronogramas financeiros; e insuficiência de saldos e reserva orçamentária.
7. **Processos de Despesas:** Atrasos no trâmite dos processos entre os setores. Atrasos no envio dos processos ao setor responsável pela emissão de empenhos, por parte dos gestores dos contratos. E atrasos nos pagamentos dos tributos ou outras despesas que geram multas e juros.
8. **Eficiência Operacional:** Processos financeiros manuais que aumentam a possibilidade de erros. Falta de integração entre as áreas, dificultando a tomada de decisão.

9. **Litígios:** Necessidade de formalização de contratos claros e detalhados, criação de cláusulas de resolução alternativa de disputas.
10. **Monitoramento de Jurisprudências:** Necessidade de ajustes em contratos, políticas e operações continuamente, junto a mudanças legais.
11. **Análise Tributária:** Análise e interpretação do direito tributário para um planejamento tributário eficiente.

Fatores Externos:

1. **Demanda Crescente no Datacenter:** O crescimento rápido da demanda no datacenter, aliado à ausência de disciplinamento no uso desses recursos, representa uma ameaça à disponibilidade e eficiência dos serviços prestados pela CODATA.
2. **Ausência de Planejamento Integrado de TIC na Administração Pública:** A inexistência de diretrizes consolidadas para o planejamento de tecnologia da informação e comunicação (TIC) nos órgãos da administração pública dificulta a articulação estratégica entre as partes envolvidas, limitando a capacidade da CODATA de atuar de forma coordenada e eficiente. Além disso, a evolução constante da Tecnologia da Informação, em meio à concorrência com empresas privadas especializadas, demanda da CODATA um planejamento mais robusto, com estratégias mais adaptativas e inovadoras.
3. **Inadimplência e restrições regulamentares:** Atrasos ou não pagamentos de valores recebíveis e condições regulamentares para contratações e pagamentos dos serviços junto à CODATA podem comprometer o fluxo de caixa e a capacidade financeira da empresa. Logo, é de suma importância o monitoramento e mecanismos internos robustos de planejamento financeiro, como também, estratégias para aumentar sua resiliência institucional, aprimoramento da governança financeira e a revisão contínua de processos críticos, sempre em conformidade com as exigências legais vigentes.
4. **Demandas Não Planejadas e Pressões Externas:** Recebimento de demandas urgentes, não previstas ou mal definidas por parte de seus clientes, comprovando a necessidade prévia de alinhamento, apoio ao planejamento, distribuição de recursos e a execução de projetos estratégicos em fases definidas da empresa. Para mitigar esse problema, a CODATA vem aprimorando o seu processo de gestão de

demandas, com critérios claros de priorização baseados em business case, valor público e aderência às diretrizes de governo digital. Como ações futuras estão:

- Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que formalizam os fluxos de acompanhamento de projetos desenvolvidos em parceria com órgãos Diretos/Indiretos e CODATA;
- definição e clareza nos papéis e responsabilidades, buscando promover maior eficiência na comunicação e nas entregas;
- formalização de acordos de nível de serviço (SLAs);
- utilização de portfólios de projetos;
- atuação conjunta com áreas responsáveis por políticas públicas e planejamento estratégico pode fortalecer a governança da demanda.

5. **Necessidade de investimento em novas tecnologias**, decorrente do acelerado processo de incorporação de soluções de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em cenários cada vez mais complexos e estratégicos para a organização.

Esse modelo favorece o foco em iniciativas com maior impacto, promove o uso racional dos recursos e posiciona a CODATA como agente protagonista na agenda de transformação digital do Estado, em vez de apenas como um executor de solicitações pontuais. Ressalta-se, ainda, a importância da determinação formal de uma Política de Riscos.

11.0 REMUNERAÇÃO

A remuneração dos administradores é fixada pela Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social. Os valores são fixos, não são indexados a nenhum indicador.

No caso de empregados, a remuneração é definida pelo Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PECS, e os reajustes são aplicados observando a negociação coletiva firmada com a entidade sindical que representa a categoria. Segue tabela de referência salarial vigente:

PECS - TABELA SALARIAL 05/2025 - ACT																			
Grupo	Ord	Emprego	Classes	Referências	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
Tecnologia da Informação	1	Analista de Tecnologia da Informação	D	52 a 80	8.626,15	9.330,05	10.091,34	10.914,68	11.805,43	12.768,58	13.810,71	14.937,66	16.156,47	17.474,93	18.900,90	20.443,21	22.111,13	23.915,35	25.866,72
			C	49 a 77	7.668,59	8.294,35	8.971,19	9.703,20	10.495,00	11.351,41	12.277,63	13.279,55	14.363,11	15.535,13	16.802,73	18.173,94	19.656,81	21.260,97	22.995,82
			B	46 a 74	6.817,28	7.373,64	7.975,32	8.626,15	9.330,05	10.091,34	10.914,68	11.805,43	12.768,58	13.810,71	14.937,66	16.156,57	17.474,93	18.900,90	20.443,21
			A	43 a 71	6.060,56	6.555,08	7.090,03	7.668,59	8.294,35	8.971,19	9.703,29	10.495,00	11.351,41	12.277,63	13.279,55	14.363,11	15.535,13	16.802,73	18.173,94
	2	Técnico de Tecnologia da Informação	D	45 a 73	6.555,08	7.089,95	7.668,59	8.294,35	8.971,19	9.703,20	10.495,00	11.351,41	12.277,63	13.279,55	14.363,11	15.535,13	16.802,73	18.173,94	19.656,81
			C	42 a 70	5.827,45	6.303,01	6.817,28	7.373,64	7.975,32	8.626,15	9.330,05	10.091,34	10.914,68	11.805,43	12.768,58	13.810,71	14.937,66	16.156,47	17.474,93
			B	39 a 67	5.180,59	5.603,31	6.060,55	6.555,08	7.089,95	7.668,59	8.294,35	8.971,19	9.703,20	10.495,00	11.351,41	12.277,63	13.279,55	14.363,11	15.535,13
			A	36 a 64	4.605,52	4.981,36	5.387,86	5.827,45	6.303,01	6.817,28	7.373,64	7.975,32	8.626,15	9.330,05	10.091,34	10.914,68	11.805,43	12.768,58	13.810,71
Administração e Finanças	3	Analista de Administração e Finanças	D	52 a 80	8.626,15	9.330,05	10.091,34	10.914,68	11.805,43	12.768,58	13.810,71	14.937,66	16.156,47	17.474,93	18.900,90	20.443,21	22.111,13	23.915,35	25.866,72
			C	49 a 77	7.668,59	8.294,35	8.971,19	9.703,20	10.495,00	11.351,41	12.277,63	13.279,55	14.363,11	15.535,13	16.802,73	18.173,94	19.656,81	21.260,97	22.995,82
			B	46 a 74	6.817,28	7.373,64	7.975,32	8.626,15	9.330,05	10.091,34	10.914,68	11.805,43	12.768,58	13.810,71	14.937,66	16.156,57	17.474,93	18.900,90	20.443,21
			A	43 a 71	6.060,56	6.555,08	7.090,03	7.668,59	8.294,35	8.971,19	9.703,29	10.495,00	11.351,41	12.277,63	13.279,55	14.363,11	15.535,13	16.802,73	18.173,94
	4	Técnico de Administração e Finanças	D	45 a 73	6.555,08	7.089,95	7.668,59	8.294,35	8.971,19	9.703,20	10.495,00	11.351,41	12.277,63	13.279,55	14.363,11	15.535,13	16.802,73	18.173,94	19.656,81
			C	42 a 70	5.827,45	6.303,01	6.817,28	7.373,64	7.975,32	8.626,15	9.330,05	10.091,34	10.914,68	11.805,43	12.768,58	13.810,71	14.937,66	16.156,47	17.474,93
			B	39 a 67	5.180,59	5.603,31	6.060,55	6.555,08	7.089,95	7.668,59	8.294,35	8.971,19	9.703,20	10.495,00	11.351,41	12.277,63	13.279,55	14.363,11	15.535,13
			A	36 a 64	4.605,52	4.981,36	5.387,86	5.827,45	6.303,01	6.817,28	7.373,64	7.975,32	8.626,15	9.330,05	10.091,34	10.914,68	11.805,43	12.768,58	13.810,71
PISO SALARIAL:																			1.167,11

Figura 4 - Tabela de referência salarial vigente

12.0 DELIBERAÇÃO

A presente Carta cumpre seu propósito com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos das políticas públicas realizadas pela CODATA, em atendimento ao interesse coletivo que justificou sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos.

O Conselho de Administração da Companhia aprova esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, atendendo aos objetivos de governança preconizados pela Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016 e Decreto Estadual nº 38.406, de 27/06/2018.

João Pessoa, 02 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ANDRE FREITAS DA SILVA FELIX**
Data: 15/06/2026 11:36:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

André Freitas da Silva Félix

Presidente do Conselho de Administração

Documento assinado digitalmente
 **JOAO ANTONIO DIAS MORAIS**
Data: 09/06/2026 14:06:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

João Antonio Dias Moraes

Membro do Conselho de Administração

Documento assinado digitalmente
 **ANGELO GIUSEPPE GUIDO DE ARAUJO RODRIGI**
Data: 09/06/2026 10:25:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Angelo Giuseppe Guido de Araújo Rodrigues

Membro do Conselho de Administração



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, RENATA LOPES BERNARDO, com inscrição ativa no CRC/RN, sob o nº 010643, inscrito no CPF nº 06525708443, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
06525708443	010643	RENATA LOPES BERNARDO



CERTIFICO O REGISTRO EM 25/06/2026 14:31 SOB Nº 20260508322.
PROTOCOLO: 260508322 DE 25/06/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12611431628. CNPJ DA SEDE: 09189499000100.
NIRE: 25300003375. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 02/06/2026.
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA CODATA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br